

# COVEIROS DA PETROBRÁS

Marcos Cordeiro Pires

Quando os políticos conservadores e a ‘imprensa sadia’ comemoravam a quebra do monopólio estatal do petróleo (conseguida às custas do fisiologismo e da anistia de R\$ 1 bilhão aos latifundiários), sepultava-se o legado de Getúlio Vargas. Apesar das controvérsias que cercam o seu período de governo, Vargas foi um dos poucos dirigentes na história que possuíram um projeto nacional para o Brasil, simbolizado por duas grandes empresas: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Petrobrás.

A história da Petrobrás confunde-se com a do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Criado por Vargas em 1938, o CNP tinha por missão coordenar os assuntos relacionados com a distribuição, pesquisa, lavra e refino do petróleo. Seu primeiro presidente foi o general Júlio Horta Barbosa. Até aquele momento, duvidava-se da existência de petróleo no Brasil, posição compartilhada por ‘especialistas’ que por aqui passaram no início dos anos 30. A pesquisa era realizada por grupos nacionais sem grande aporte financeiro. Destacou-se, na época, o escritor paulista José Bento de Monteiro Lobato, que fundou várias empresas de petróleo, sem, contudo, obter sucesso. Quanto às empresas estrangeiras, verdadeiros “trustes”, dedicavam-se apenas à importação e distribuição de derivados.

Na América Latina, um dos principais centros mundiais produtores de petróleo nos anos 20, os “trustes” atuavam explorando jazidas de petróleo com poucas vantagens para as economias nacionais do México, Venezuela e Argentina. Porém, um fato surgiu na Argentina, quando em 1922 o general Enrique Mosconi foi colocado à frente da Yacimientos Petrolíferos Fiscales, empresa estatal encarregada de estruturar a indústria petrolífera. Ele organizou a distribuição de derivados, definiu reservas de explo-

ração, aumentou a prospecção e criou uma das primeiras refinarias de petróleo fora do controle dos “trustes” internacionais.

Em terras brasileiras, após inúmeros fracassos de se encontrar petróleo, um fato pitoresco marcou o início da indústria petrolífera. Uma desavença de vizinhos, onde um acusava o outro de jogar gasolina num poço de água, chamou a atenção do comerciante Oscar Cordeiro sobre a possibilidade de existência de petróleo no Recôncavo Baiano. Tomado por louco, o persistente comerciante conseguiu sensibilizar o presidente da República a emprestar uma das sondas do Departamento Nacional de Produção Mineral, ligado ao ministério da Agricultura, na procura de petróleo na localidade de Lobato (BA). Naquele local, em 21 de janeiro de 1939, apesar dos pareceres contrários dos ‘maiores especialistas’ estrangeiros, jorrou petróleo pela primeira vez no Brasil. Dezoito dias depois, o governo instituiu uma reserva petrolífera num raio de 60 quilômetros de Lobato, reservando a exploração ao Conselho Nacional do Petróleo.

Naquela altura dos acontecimentos, o general Horta Barbosa apenas vislumbrava uma atuação reguladora do CNP e uma organização incipiente de pesquisa e prospecção na área delimitada no Recôncavo Baiano. No entanto, após uma visita ao Uruguai e à Argentina, onde conheceu o desenvolvimento das empresas estatais Yacimientos Petrolíferos Fiscales (Argentina) e Ancap (Uruguai) e, ainda, encontrar-se com Enrique Mosconi, Horta Barbosa conscientizou-se da necessidade de o Estado intervir efetivamente no setor, pesquisando, explorando, refinando e distribuindo derivados, como forma de viabilizar as atividades menos lucrativas e de maior risco, como a pesquisa.

Durante o período em que esteve à frente do CNP (1938 a 1943), Horta Barbosa deu início à ex-

ploração do Recôncavo, à unificação dos preços dos derivados e à legislação que definiu a concessão de pesquisa e lavra de petróleo apenas a brasileiros natos. A YPF, e posteriormente a Pemex, passaram a ser os modelos para a política petrolífera no Brasil, interrompida apenas pela presença do coronel João Carlos Barreto à frente do Conselho, entre 1943 e 1951.

Com um posicionamento liberal nas questões do petróleo, o novo dirigente do CNP procurou flexibilizar a rígida legislação implantada pelo seu antecessor, buscando incentivar a participação de grupos privados — nacionais e estrangeiros — na lavra e refino de petróleo. Esta nova postura justificava-se pela necessidade de atrair, rapidamente, investimentos para o setor, uma vez que os recursos públicos eram escassos. Entretanto, sua política não obteve resultados significativos. A concessão de direitos para a instalação de duas refinarias, com capacidade inicial de 10 mil barris/dia, somente se concretizou em 1954. Outra tentativa deu-se com a criação da Refinaria de Mataripe (BA), uma empresa de capital misto. Porém, a iniciativa privada não subscreveu nenhuma ação. Já a refinaria de Cubatão, inaugurada em 1955, financiada com créditos de guerra junto a países europeus, foi integralmente constituída pela União.

Apesar desse fato, os grupos nacionais associados ao capital externo não se cansavam de tentar mobilizar a opinião pública contra a participação estatal no setor, seja através de *lobbies* de empresas estrangeiras, ou influenciando políticos e a opinião pública. Quanto ao papel da imprensa, a lembrança de Assis Chateaubriand dispensa maiores comentários. Do outro lado do *front*, defendendo a soberania nacional postavam-se militares nacionalistas, estudantes, intelectuais, políticos nacionalistas, militantes comunistas e uma vasta camada da população empolgada com a campanha 'O Petróleo é Nosso'. A dimensão do movimento forçou a UDN, de forma oportunista, a apoiar a tese do monopólio estatal do petróleo, votando a favor da Lei 2004 de 03/10/1953, que criou a Petrobrás.

Recém-criada a Petrobrás, o país vinha enfrentando dificuldades com sua balança comercial. O peso dos derivados de petróleo atingiu aproximadamente 30% das importações de 1955, tendendo ao crescimento nos anos seguintes. Por outro lado, trabalhando com a hipótese de inexistência da indústria

local de refino de petróleo, este percentual chegaria a 37%. A presença da estatal possibilitou uma economia da ordem de US\$ 40 milhões naquele ano, fato que se repetiu nos anos posteriores, quando a balança comercial apresentou déficits significativos.

Entre 1954 e 1992 a Petrobrás foi responsável pela economia de US\$ 182 bilhões em divisas e US\$ 80 bilhões em investimentos. Somente no período de 1980 a 1992, durante a década perdida, a empresa encomendou US\$ 13 bilhões em máquinas e equipamentos, dos quais 85% a empresas brasileiras. O investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) pode ser mensurado pelo trabalho de capacitação de técnicos junto a diversas universidades do país. A Petrobrás é hoje pioneira em prospecção em águas profundas, assim como em pesquisas sobre fontes alternativas de energia no Brasil.

A atuação integrada da Petrobrás proporciona um importante mecanismo de política econômica ao Estado. Exemplos como a estruturação do Pró-Álcool, em que pese a concentração de renda que gerou, foi uma das maiores experiências de substituição de derivados de petróleo do mundo. Subsídios ao gás de cozinha e ao óleo diesel refletem diretamente sobre os índices inflacionários; a unificação de preços dos derivados em nível nacional, viabilizando o desenvolvimento de regiões atrasadas, somente se tornam possíveis com uma política coordenada, priorizando o interesse nacional. Deve ser levado em conta,

também, que a Petrobrás é uma das maiores compradoras individuais de petróleo no mercado externo, o que lhe dá um imenso poder de barganha, tanto na negociação de preços como na colocação de produtos brasileiros no mercado internacional.

Agora, quando o monopólio é quebrado no Congresso e que inúmeras mentiras e bobagens estão sendo veiculadas na 'imprensa sadia', cabe perguntar se existe a ilusão de que alguma empresa multinacional irá retribuir ao país o que a Petrobrás vem fazendo ao longo da história. Por outro lado, será que os propalados bilhões em investimentos virão contribuir para o aumento da produção nacional, quando se verifica um excesso de oferta de petróleo e derivados no mercado internacional? Isto talvez nem mesmo os coveiros da história ousarão responder.

*Marcos Cordeiro Pires é pós-graduando em História Econômica no Departamento de História da USP.*

***Entre 1954 e 1992 a Petrobrás foi responsável pela economia de US\$ 182 bilhões em divisas e US\$ 80 bilhões em investimentos. Entre 80 e 92, a empresa encomendou US\$ 13 bilhões em máquinas, dos quais 85% a empresas brasileiras.***